CONSELHO ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO DO FUNDEB

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, na sala 121B da Secretaria de Estado da Educação, localizada na Avenida Água Verde, 2140, Vila Izabel, Curitiba – Paraná, às treze e trinta horas em primeira convocação e devido a insuficiência de quórum, às quatorze horas em segunda convocação, inicia-se a reunião do Conselho Estadual do FUNDEB. Estão presentes, conforme lista de presença em anexo os (as) seguintes Conselheiros (as): **Fátima Natalina Bof** (Titular – FEPAMEF), **Mario Sergio Ferreira de Souza** (Titular – CNTE) **Evandro Guilherme Alves** (Titular - Poder Executivo Estadual), **Giovani Santos Vieira** (Titular - AMP), **Mauricio Pastor Santos** (Suplente – AMP), **Manoela Chaves Penteado** (Titular – FEPAMEF), **Mariana Emy Maekawa** (Titular – SEED) o convidado e assessor da APP Sindicato Cid Cordeiro . O Conselheiro Presidente Mario Sergio Ferreira de Souza faz a abertura da reunião, lê a pauta do dia : 1 – Informes. 2 – Análises das Contas FUNDEB – Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro de 2018. 3 - Outros assuntos: Informativo SIMEC, Convite Reunião GTI – Grupo de Trabalho Intersetorial – FUNDEPAR, Ofício 1972/2018 PJEduc – convocação para reunião dia 18/10/2018, Resposta ofício 027/2018 EJA – PEJA, Processo 15.249.000-3, Processo 665195/18 TCE – Referente ao Novo SIAF. Em seguida solicita que o Conselheiro Giovani Santos Vieira faça a leitura da ata anterior, feita a leitura e algumas adequações, a mesma é aprovada e assinada. Com a palavra a Conselheiro Evandro Guilherme Alves, diz que a revisão foi realizada na tabela de regras para alocação dos projetos atividades 4090 – Gestão Administrativa SEED (ficou condicionado que este projeto atividade seria alocado para os servidores supridos na SEED – Sede, Núcleos Regionais da Educação, Outros locais, servidores a disposição e alguns afastamentos), 4093 - Manutenção da Educação Infantil da Rede Estadual (Servidores supridos no ensino 10 Educação Infantil), 4097 - Valorização da Educação Básica Magistério (Professores supridos nas Escolas e CEEBJAS), 4098 Valorização da Educação Básica Administrativo (Administrativos Supridos nas Escolas E CEEBJAS). Relatou também a respeito dos servidores dos vínculos QPPE e QFEB (administrativos) que eram diretores de escola, supridos nas disciplinas Diretor (9131) e Diretor Auxiliar (9132) que estão sendo alocados no projeto atividade 4097 – Valorização da Educação Básica Magistério. Esses profissionais são supridos no Ensino 83 Técnico Pedagógico, porém, conforme tratativas junto ao Conselho do FUNDEB, ficou estipulado que a melhor alternativa seria alocar tais profissionais ao projeto atividade 4098 – Valorização da Educação Básica Administrativo, devido ao vínculo e não à função exercida. Portanto, foi colocada uma observação na tabela de regras e encaminhado para a SEAP – Secretaria de Estado da Administração e da Previdência para verificar a possibilidade desta alteração. Também houve uma revisão na “ TABELA - LOCAIS SEED 4090”, os servidores supridos nos locais da referida tabela devem ser alocados ao projeto atividade 4090. Salientou também da dificuldade existente em manter as informações atualizadas, pois se houver a criação de um novo local (criação de uma escola ou departamento, mudança do nome do departamento ou retirada daquele local) a tabela ficará incompleta. Diante disso, expôs sobre conversas com os técnicos da SEAP, de um pedido de verificação da possibilidade da utilização do Grupo SAE (códigos inseridos para cada local existente no sistema). Quando um novo local é criado a informação do Grupo ao qual pertence é inserida no sistema; a vinculação dos locais aos respectivos grupos está correta, assim, fica mais fácil de acertar as alocações dos projetos atividades, porém, esta forma de acertar a alocação dos projetos atividades não foi implementada e será necessária uma análise detalhada. Os técnicos da SEAP juntamente com analistas da CELEPAR – (Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná) estão verificando os problemas repassados, e tão logo consigam as respostas, serão feitas tratativas através de e-mail. Diz que estão aguardando para solicitar um relatório da folha de pagamento para analisar se ficou alguma inconsistência com relação aos projetos atividades.

Terminado o assunto, inicia-se o assunto 2, Análise das Contas FUNDEB – Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro 2018, o Conselheiro Presidente Mario Sergio Ferreira de Souza, informa que não haverá análise da prestação de contas devido a Secretaria da Fazenda ainda não ter feito a divulgação dos dados. Sendo assim, inicia-se o assunto 3 – Assuntos Gerais. O Presidente Mario Sergio Ferreira de Souza dá ciência a todos de um informativo recebido do SIMEC para consulta dos programas do PAR. No qual consta um Login e Senha de acesso ao Presidente pelo site simec.mec.gov.br, No intuito de apoiar o Conselho no acompanhamento, controle social e análise de prestação de contas dos recursos repassados no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR). Para isso, inicialmente, disponibiliza acesso à consulta das informações e ao módulo de execução e acompanhamento do 2º ciclo (2011 a 2014). Posteriormente, será comunicado sobre a disponibilização do sistema para a validação das ações executadas no PAR (2011/2014). Esse informativo será encaminhado posteriormente a todos os conselheiros por correio eletrônico. Informa também referente ao recebimento do ofício nº 1736 /2018, a Portaria nº 587/2018 e o convite para a solenidade de instituição do Grupo de Trabalho Intersetorial, que objetiva a elaboração do Plano de Adequação da Infraestrutura Física das Instituições de Ensino da Rede Pública e Setores da sociedade civil organizada, que aconteceu dia vinte e cinco de outubro deste ano às 9:30h no auditório da FUNDEPAR. Solicitam também a indicação de dois representantes deste Conselho para comporem as cadeiras do referido grupo. Informa a não participação na reunião devido a falta de tempo hábil, já que o convite foi recebido dia vinte e três de outubro, a indicação dos nomes dos participantes deveria ser enviada até o dia vinte e quatro de outubro e a referida reunião aconteceu no dia vinte e cinco, sendo assim, sem possibilidade de se fazer presente na reunião. Depois de discussão, fica acordado que este Conselho encaminhará um ofício a FUNDEPAR solicitando maiores esclarecimentos sobre esse projeto e quais seriam as atribuições dos representantes deste Conselho. O Presidente Mario Sergio Ferreira de Souza informa também referente ao ofício 1972/2018 PJEduc – Promotoria de Justiça de Proteção à Educação de Curitiba – Ministério Público do Estado do Paraná, com a Promotora de Justiça, a Senhora Swami Mougénou Bonfim, o qual menciona da representação formalizada perante a Procuradoria Geral da Justiça, por meio do Ofício nº 022/2018 FUNDEB, noticiando que o Estado do Paraná não tem apresentado as informações necessárias para que se exerça o devido papel de controle social sobre a aplicação dos recursos públicos na área da Educação. Sendo assim ficou este Conselho convocado para uma reunião que se realizou dia dezoito de outubro deste ano às 14:30h, com a apresentação de documentos, tais como: atas, ofícios, regimento interno, ata da constituição da presidência vigente e indicação dos conselheiros e os dados cadastrais de cada participante. Informa que participou da reunião e entregou a documentação impressa e digitalizada. Terminado esse assunto, o Presidente Mario Sergio Ferreira de Souza dá ciência a todos da resposta recebida do EJA – Educação de Jovens e Adultos (Secretaria de Estado da Educação) referente ao PEJA (Programa de Apoio ao Sistema de Ensino para atendimentos ao jovem e adulto), ao ofício 027/2018 expedido por este Conselho o qual solicita informações referente ao valor de R\$ 2.787.002,55 (Dois milhões setecentos e oitenta e sete mil, dois reais e cinquenta e cinco centavos) aplicado em poupança, e a motivação referente ao não uso da verba em questão, disponibilizada para esta finalidade. Em resposta, a Coordenadora do setor, Senhora Márcia Leonora Dudeque apresenta as informações comprovando através de números de protocolos, processos, dotações orçamentárias e afins, o uso e aplicação do valor para aquisição de material escolar e didático , na formação pedagógica continuada no EJA , no sistema prisional e no socioeducação. Lembra também que está disponibilizada a consulta à toda documentação que

tramitou nos protocolos que viabilizaram a execução dos recursos do PEJA – Resolução nº 48 FNDE. Aproveitando o assunto o Presidente Mario Sergio Ferreira de Souza apresenta também o recibo de entrega do Parecer Conclusivo do Conselho no SIGECON (Sistemas de Gestão de Conselhos), o qual foi aprovado dia dezesseis de outubro deste ano, data limite do sistema. Da ciência a todos de uma reunião realizada no gabinete da Secretaria da Fazenda dia dois de outubro de dois mil e dezoito, com este Conselho, representantes da Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda, onde foi deliberado referente à correta aplicabilidade dos recursos do FUNDEB e os tipos de relatórios necessários para o acompanhamento das receitas e despesas empenhadas do limite máximo de 40% e mínimo de 60% do FUNDEB. O Contador Geral do Estado Maurílio Guerreiro Campos apresenta os relatórios mês a mês provisórios em sistema Acces e pergunta se o modelo atende ao Conselho. Após a apresentação dos relatórios fica acordado que a Secretaria da Fazenda enviará até segunda-feira dia oito de outubro deste ano, as informações do primeiro quadrimestre do exercício para a análise das contas, e posteriormente, o segundo quadrimestre, e também um cronograma para a disponibilização dos relatórios no Portal da Transparência do Estado. Lembrando que foi redigida uma ata para este encontro, a qual após aprovada será encaminhada a todos os Conselheiros. Ainda com a palavra o Presidente Mario Sergio Ferreira de Souza da ciência a todos do Processo recebido nº 15.249.000-3 em resposta ao ofício 015/2018 expedido por este Conselho, o qual solicita os relatórios mensais das receitas e das despesas empenhadas da fonte 40% e 60% vinculados ao FUNDEB. O qual diz que este pedido já foi atendido pela Secretaria de Estado da Educação através do Ofício nº 1.002/2018 GS/SEED e anexos, o qual já foi apresentado na reunião deste Conselho dia vinte e sete de julho de dois mil e dezoito. Apresenta também o Processo 665195/18 do Tribunal de Contas do Estado, o qual suspende o pagamento do Novo SIAF e dá prazo para o Estado do Paraná regularizar a situação. O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná Ivens Linhares expediu, nesta terça-feira 2 de outubro, duas medidas cautelares à Secretaria de Estado da Fazenda. Uma delas suspende os pagamentos feitos ao Consórcio Quanam-Arrow Ecs Brasil, detentor de um contrato de R\$ 11.880.000,00 (Onze milhões , oitocentos e oitenta mil reais) para implantação do Novo SIAF (Sistema Integrado de Finanças Públicas do Estado do Paraná). A outra determina a adoção imediata de mecanismos de controle eficiente nos pagamentos feitos pelo governo estadual. Homologadas na sessão do Pleno do Tribunal de contas do Estado do Paraná desta quarta-feira dia 3 de outubro, as medidas cautelares têm como base Comunicação de Irregularidade sobre o funcionamento do SIAF, feita pela Primeira Inspeção de Controle Externo do TCE-PR, subordinada ao conselheiro Nestor Baptista. Em paralelo, Linhares determinou o início de um processo de tomada de contas na Secretaria da Fazenda visando apurar possíveis danos ao erário, em função do mau funcionamento do sistema. De acordo com a Comunicação de Irregularidade, foram identificados valores de R\$ 10.698.135,87 (Dez milhões seiscentos e noventa e oito mil cento e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos) pagos em duplicidade ou multiplicidade, em relação aos quais teria havido a recuperação de R\$ 9.953.493,11 (Nove milhões novecentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e noventa e três reais e onze centavos). A 1ª ICE também apontou que o montante de R\$ 143.895,11 (Cento e quarenta e três mil oitocentos e noventa e cinco reais e onze centavos) estaria destinado a compensações futuras, sem comprovação formal dessa tratativa; R\$ 600.746,95 (Seiscentos mil, setecentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos) não foram recuperados e mais R\$ 130.576,53 (Cento e trinta mil quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta e três centavos) em rendimentos deixaram de ser auferidos, em virtude dos pagamentos feitos mais de uma vez. O TCE-PR também notificou a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), que aparece como parceira do Consórcio Quanam-Arrow Ecs Brasil, integrado pelas empresas Enorey

International Brasil Consultoria Ltda. e Arrow Ecs Brasil Distribuidora Ltda., que já teria recebido cerca de 35% do valor total do contrato. Sendo assim, o conselheiro Linhares destaca na sua manifestação que "as falhas desdobradas permitem afirmar que o novo SIAF não possui o controle dos pagamentos efetuados e gera rotineiramente prejuízos financeiros ao Estado do Paraná". Desta forma, o relator deu prazo de 30 dias para que a Secretaria da Fazenda comprove a adoção de mecanismo de conciliação bancária "que iniba a prática indevida de pagamentos em duplicidade/multiplicidade, devendo nesse mesmo prazo proceder à apuração do destino dos pagamentos já indicados como feitos de forma irregular e seu retorno ao Tesouro do Estado". Segundo os técnicos do TCE-PR, as principais carências identificadas no sistema consistem em falha na realização de rotinas operacionais relativas às retenções de tributos; instabilidade no sistema de controle de pagamentos, que por vezes atesta como pago, sem ter o credor recebido o valor; falta de confiabilidade para emitir relatórios e comprovantes de pagamentos, ausência de relatórios gerenciais, falhas que dificultam a tempestividade dos registros de atos e fatos contábeis, dentre outras. Terminados os assuntos e lembrando que a cópia de todos os documentos aqui apresentados foi encaminhada digitalizada a todos os conselheiros por correio eletrônico para conhecimento. A equipe de fiscalização apontou a ocorrência de irregularidades quanto ao descumprimento contratual por parte do consórcio contratado, que não entregou tempestivamente o novo SIAF, comprometendo a execução e o controle contábil-financeiro dos recursos de todas as entidades do Estado. Também apontou a entrega dos módulos essenciais do novo SIAF com graves defeitos de execução e operação; bem como a omissão da Celepar, que não participou ativamente da gestão técnica do contrato, função estabelecida em cláusula do contrato. Terminados todos os assuntos o Presidente Mario Sergio Ferreira de Souza, agradece a todos os Conselheiros pela presença e pergunta se algum conselheiro tem mais alguma colocação, não havendo, é encerrada a reunião, lembrando que a próxima reunião não foi definida . Nada mais havendo para tratar, eu Márcia Linke Rocha, secretária executiva deste Conselho, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim, e pelos demais presentes.